ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA Nº 09/2020 DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO DE JANEIRO - CAU/RJ, REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2020.

Aos 08 dias do mês de setembro de 2020, em primeira convocação, a reunião remota da Plenária Ordinária do CAU/RJ de n. 09/2020, teve início às 16h15, sob a coordenação do Presidente do CAU/RJ, Jeferson Roselo M. Salazar, com a verificação da **presença dos Conselheiros Titulares:** Davide Siffert Dulcetti, Edivaldo Souza Cabral, Fernando Mendes, Gustavo Manhães, Jerônimo de Moraes Neto, Leila Marques da Silva, Lucas Alencar Faulhaber Barbosa, Lucas Teixeira Franco, Maira Mattos Rocha, Maria Isabel de V. P. Tostes, Pablo César Benetti, Regina Cohen, Rogério Cardeman,Sérgio Oliveira Nogueira da Silva e Sydnei Menezes; **Conselheiros Suplentes:**Cárin Regina D´Ornellas. Vinicius Chiesse, Ana Luisa Bertoche .**Conselheiros que justificaram ausência:** Almir Fernandes, Daniel Mendes de Sousa (licenciado),Luana Pimenta,Maria Lucia Borges, Mariana Bicalho, Manoel Vieira (licenciado), Nadir Moreira, Sandra Sayão. O Presidente iniciou a reunião com o **Item 1 – Verificação do Quórum**, anunciando o número mínimo de 14 (quatorze) Conselheiros presentes para começar a sessão e execução do **Hino Nacional Brasileiro** – dispensada a execução do Hino Nacional. **– Item 2 – Aprovação das Atas das Reuniões Plenárias Ordinárias de julho e de agosto de 2020, realizadas em 14 de julho e 11 de agosto de 2020. H**ouve pedido de retificações às atas, em vermelho, formuladas pela Conselheira Leila Marques que foram exibidas na tela. O Cons. Sydnei Menezes pediu a palavra para dizer que a ata de julho está prejudicada porque ela está fora do formato, o nome dos conselheiros não está completo; indagou se há algum problema na realização das atas pois parecem completamente improvisadas e indaga se há algum problema com o contrato de taquigrafia; que a ata não tem condições de ser aprovada porque está incompleta. O Presidente Jeferson esclareceu que estamos sem contrato de taquigrafia que venceu no início da pandemia e está sendo providenciada a licitação, pela IN5, para contratação de novo serviço de taquigrafia; quem está fazendo as atas é a SGM, a Marina, que tem se empenhado em fazer da melhor maneira possível; que se o conselheiro se refere apenas à forma mas o conteúdo está correto, pode-se aprovar a ata. O Cons.Sydnei Menezes disse que nesta ata é apenas a forma. O presidente declarou que o conselheiro teve a oportunidade de manifestar-se para apontar as correções e o Conselheiro Sydnei Menezes informou que o havia feito. Com a ressalva de correção da ata, colocou-se em votação. O Cons.Jeronimo pediu a palavra, antes, para dizer que os nomes podem ser completados, observando que o nome do Conselheiro Sydnei Menezes consta completo e que a ata está em condições de ser aprovada. **Colocada em votação a ata de julho, com a ressalva da correção da forma indicada, foi aprovada com 13 votos favoráveis, duas abstenções, zero contrários.** Conselheiro Sergio declarou seu voto pelo sim**. Apresentada a ata de agosto**, com a contribuição da Conselheira Leila que esclareceu que em amarelo ressaltou o que está de difícil entendimento e em vermelho o que ela inseriu. Patricia Cordeiro afirmou que o áudio será ouvido para efetuar a revisão da transcrição do que está em amarelo (no informe do Dia Nacional da Mulher). Conselheira Leila pediu, sobre o ressaltado em

amarelo, se é da fala dela, está tão perdido, que é melhor cortar porque o texto está desconexo. Cons.Lucas Faulhaber perguntou se a inclusão em vermelho foi recuperada da gravação e a Conselheira Leila esclareceu que todas as suas inclusões ou são para dar algum sentido ou complementar o que foi omitido; que se tem dúvida se 99% das vezes é para dar sentido, que a transcrição fica sem sentido, não é literal, mas quando tem dúvida e tempo, busca na gravação, mas não faz aspas de transcrição literal, que faz isso há 3 anos. Cons.Lucas Faulhaber disse que se deparou com a afirmação de que ele insinuou alguma coisa e quer saber se ela falou isso ou é.... A Conselheira Leila respondeu que ela falou, quando o Cons.Lucas disse que estávamos mirando campanha, que ele não devia insinuar isso porque ninguém estava no palanque. O Conselheiro Lucas Faulhaber pediu então para que fosse colocado entre aspas porque na ata não pode constar que ele insinuou; ela pediu para jogar a ata para outra plenária para poder ouvir o áudio. Conselheiro Sydnei Menezes inscreveu-se para falar sobre a ata, que faz as mesmas críticas pelo formato mas tem uma mais grave pelo conteúdo porque várias falas não tem sentido nenhum; em várias passagens, o que aconteceu, na linha 97, quando faz uma exposição quase pedagógica falando da denúncia do TCU, isso está truncado; quer a transcrição completa da fala; na linha 135, a mesma coisa quando indaga a proposta de pauta foi ignorada, quer a transcrição completa; linha 170, idem, a gestão usou mau os recursos; também na linha 217, quando Manoel fala, não aparece o voto que ele leu; o voto não consta da ata; e linha 264, o calendário está confuso e quer a transcrição completa das gravações. Conselheiro Davide pede desculpas por não ter mandado antes mas pediu na linha 133, depois da palavra distribuído, deixar claro que o processo foi distribuído em 9/6/2020**.** Conselheira Leila sugeriu que a ata seja refeita porque há muitos pedidos de modificações deixando para que seja votada após contemplar todos os pedidos. Presidente Jeferson disse que todos receberam as atas com antecedência para poder fazer as suas observações para que ela tivesse condições de ser votada, portanto, não acolhe a sugestão de deixar para depois, já que ela foi distribuída com antecedência. **Colocada em votação a ata de agosto** com a ressalva de que complementações, conforme gravação, poderão ser encaminhadas com o prazo até sexta-feira próxima. Aberta a sondagem, o Conselheiro Sydnei Menezes manifestou-se dizendo estar inscrito antes de abrir a votação. Dada a palavra ao Conselheiro Sydnei Menezes fez questão de ordem, qual seja a de que a proposta encaminhada pela Conselheira Leila sobre adiamento da ata não foi votada. O Presidente Jeferson esclareceu que a proposta não foi acatada pelo Presidente. Conselheira Leila acha que se vai votar a ata agora não precisa encaminhar mais nada, a votação com pequenas correções é possível, mas essa ata está truncada, com erros de digitação, que a tornam incompreensível, se não deturpou a fala de ninguém, mas se vai se votar e depois modificar, não faz sentido, mas esse era o propósito da sua proposta que não foi acatada. Conselheiro Jeronimo, acompanha a mesa para votar agora, quem quiser votar contra, a favor ou por abstenção, porque essa discussão só está tumultuando. **Colocada em votação a ata de agosto com a ressalva de que as inclusões podem ser enviadas até a próxima sexta-feira, dia 11; com 10 favoráveis, 1 contra e 6 abstenções. Comunicados da presidência**. Recebeu email da Conselheira Leila e do Conselheiro Davide sobre um arquiteto e urbanista que se manifestou nas redes sociais sobre uma alegada denúncia que fez ao CAU/RJ. O

CAU respondeu institucionalmente porque a denúncia não foi enviada ao CAU/RJ mas enviada ao whatsap pessoal do presidente e a pessoa que fez a denúncia pediu sigilo para que não houvesse represálias a parentes que moram no prédio; que foi encaminhado à fiscalização com a recomendação de que não constasse o nome de ninguém mas para sua surpresa, houve uma postagem pelas redes sociais (daquela pessoa) de que houve negativa do CAU/RJ de fornecer informações sobre a apuração da denúncia, contrariando a lei de informação. Como não se sabe a abrangência dessa postagem, compartilhada em diversas páginas, o que impede de ir a cada página para esclarecer, optou-se por enviar a resposta para todos os arquitetos cadastrados no CAU/RJ. Outro informe é a sobre a indagação do Conselheiro Sydnei Menezes sobre a denúncia que fez, que foi respondida por email pela chefia de gabinete. Sobre o Conselhinho, Fórum de Conselhos Profissionais, que ficou de ser rediscutido nesta plenária com o planejamento orçamentário do Fórum e a possibilidade de contribuir, foram feitos esforços para conseguir uma documentação para melhores esclarecimentos, mas não foi obtida até hoje, o que adia a discussão para a próxima plenária. Sobre a Resolução do CAU/BR que trata do fundo de emergência criado para a participação de 6 CAU/UF superavitários, dentre eles o RJ, com parcela de R$78mil; uma manifestação foi enviada ao CAU/BR, mostrando que essa resolução extrapolou a competência do CAU/BR e também foi discutida no fórum de conselhos que enviou questionamento ao CAU/BR , porque lei federal já estabelece a obrigatoriedade de participação dos presidentes na formulação da proposta, o que não aconteceu. As receitas tiveram melhoria significativa, o déficit estimado era de R$ 1.400.000, mas deve cair pela metade. **Apresentação do calendário do planejamento estratégico.** O gerente-geral Ricardo Gouvêa fez a explanação do calendário para o planejamento estratégico, informando que as diretrizes foram enviadas pelo CAU/BR na sexta-feira; que é necessário iniciar os trabalhos com uma reunião da CPFI (16/9) para dar as diretrizes para execução do planejamento para o CAU/RJ. Depois uma reunião ampliada com os conselheiros, gerentes, comissões, gerências e assessorias, para que cada unidade possa desenvolver o seu planejamento específico, no dia 21 de setembro; aprovação pela CPFI no dia 28 de outubro; aprovação pela plenária do CAU/RJ no dia 10 de novembro. O Presidente Jeferson ponderou que os prazos são os possíveis para atender as exigências do CAUBR. **Ordem do dia**. **4**. Presidente Jeferson encaminhou pedindo de inversão da pauta para que os processos sejam relatados primeiro. **Colocada em votação a inversão de pauta para votação** dos processos após o item 4.2. Dada a palavra ao Conselheiro Sydnei Menezes pediu questão de ordem, porque foi citado nos informes com informação incorreta sobre o email que ele teria enviado. Presidente Jeferson não acatou e o Conselheiro Sydnei Menezes se retirou da reunião. Colocada em votação **Aprovação da inversão da pauta: 11 votos a favor, 2 contrários e 3 abstenções. Colocada em votação a pauta apresentada: 12 votos favoráveis, 1 voto contrário e 2 abstenções.** Declaração de voto do Conselheiro Davide, que votou contra a pauta porque pediu por email que fosse incluído o tema para debater, a fake news; que nunca viu acontecer a exposição que ocorreu com o arquiteto Canagé; que desejava discutir se o protocolo utilizado pelo CAU/RJ seguiu o protocolo do CAU/BR; que o que ocorreu é muito grave. Conselheiro Sergio votou a favor da pauta mas que se observe a importância do item 4.2 para a questão da substituição de membro do comitê eleitoral. Sobre o voto do Conselheiro Davide, o Presidente deixou claro que

não houve processo que fosse aberto pelo arquiteto referido pelo conselheiro. **4.1. Prorrogação do trabalho remoto com exceção do retorno dos fiscais.** Em discussão, Conselheira Isabel acha que enquanto não tenhamos a segurança para os nossos servidores trabalharem, que na maioria vai de transporte público, é favorável **que se mantenha o trabalho remoto até a próxima plenária.** Conselheiro Jeronimo, vota a favor da prorrogação, e ressalta que a nossa fiscalização é muito boa, que conhece muito bem o trabalho da fiscalização, com destaque para o gerente, concursado; que sempre no período eleitoral há o debate da fiscalização, atingindo a equipe que é concursada; quer dar sempre os parabéns a essa equipe, que está acompanhando mais de perto na CEP; todo mundo reclama da fiscalização mas quando a fiscalização chega no profissional, há a reclamação contra ela; ela sempre apanha; se alguém quer pedir intervenção federal, que peça; ameaçar de pedir intervenção por eventual demora no processo, que isso seja encaminhado ao conselheiro federal Carlos Fernando, que deixou de comparecer às plenárias. Presidente Jeferson informa que a proposta de retorno da fiscalização com equipamentos de biosegurança foi discutida na CEP e no setor de fiscalização. Conselheira Leila, achou que o assunto sobre o arquiteto que quer a intervenção tinha morrido porque o Presidente não abriu para debate mas também acha que houve exageros enormes, que o CAU não deveria agir dessa forma, mas já que o assunto foi aberto de novo, expor o nome do colega pelo CAU/RJ, quando se tem a CED que é o instrumento adequado É a favor do trabalho remoto, ela também é servidora pública federal, preocupação é se os funcionários, que não sabe quantos, vão trabalhar sozinhos, qual o apoio que vão ter, qual o apoio institucional que vai ser dado se a sede vai abrir, vai funcionar. O Presidente Jeferson esclareceu que ficou acertado que os funcionários da fiscalização continuarão em trabalho remoto, mas quando houver necessidade de ir para a rua, o carro do CAU irá buscar o fiscal para levá-lo no local a ser fiscalização, levando-o de volta para casa. A sede continuará fechada. Todo o material de EPI foi adquirido; a retomada futura, providenciando EPI para a sede, com barreira física para os servidores do atendimento ao público. Conselheiro Sergio fez suas as palavras do Cons.Jeronimo, e é pela manutenção do trabalho remoto até a próxima plenária e sugere, a CEP já se adiantou, que junto a fiscalização estudar as maneiras de como agir e trabalhar na pandemia, para que possa ocorrer alguma ação ainda este ano. Conselheiro Fernando, para contribuir; esclarece que a solicitação é da CEP, vendo as obras correndo e a fiscalização não está acompanhando, além do que há um grande acúmulo de denúncias; surgiu o problema com o colega Canagé, mas o fato é que a fiscalização não tem acontecido; importante a ação de fiscalização nas ruas, pede a aprovação da proposta. Conselheiro Rogério quer ver se consegue fazer algum tipo de publicação para mostrar que o CAU está fazendo fiscalização na rua com todas as precauções e também propor que se pudesse ver no atendimento o acrílico como proteção. Presidente Jeferson informou que já há todo o planejamento para a reabertura no futuro, permanente, em processo de licitação. Conselheiro Davide quer a publicação de que é importante divulgar a fiscalização e sobre o que foi dito pelo Cons.Jeronimo, que o arquiteto Canagé pediu intervenção federal mas que se acompanhar as publicações de arquitetos há as mais absurdas manifestações quando estão revoltados com o conselho; se for respondido a todos, tem que ter protocolo ético. Citar um email citando um arquiteto, isso não é ético, por mais

descabida que seja a manifestação do profissional, esse é o procedimento adequado; mas os procedimentos não foram corretos, tem que ser estudado, a postagem tinha letras recortadas, como se fosse anônima, levantar no regimento interno. Presidente Jeferson pediu para que os conselheiros se atenham ao assunto que está sendo discutido. Conselheiro Gustavo fica inseguro quanto ao retorno mas tem que acompanhar o nível de flexibilização que os municípios estão colocando; a fiscalização como se dá, é interessante como as pessoas reagem; contradição apontada pelo Conselheiro Jeronimo; quanto ao colega que postou em rede social aberta, em ano de eleição, o pedido de intervenção, é lamentável ele fazer dessa forma; a cada 3 anos, como golfinho, levanta a bolinha e some, não precisava ser em rede social; se cabe ou não ética, que seja encaminhado, ou que ele se retrate. Cons.Jeronimo, foi citado, e quer dizer que se ateve a falar sobre a fiscalização; quis valorizar a equipe; quanto ao colega Canagé, é um veterano, foi presidente do Sarj, conselheiro do CREA, conhece tudo muito bem, o que fica mais estranho que tenha ocorrido com essa desproporção; quanto a equipe de fiscalização, é a única que vai se expor na rua, mas faz parte. Conselheira Leila gostaria de ouvir o gerente de fiscalização, Rodrigo Abbade, Presidente Jeferson informa que o Cons. Fernando levou a questão ao CD e houve uma discussão serena e madura da situação, Rodrigo ajudou a formular a proposta. Dada a palavra a Rodrigo Abbade, gerente de fiscalização, informou que desde o início trabalha-se mês a mês, buscando alternativas para não deixar as denúncias paradas, colhendo informações com os denunciantes, oficiando as prefeituras, mas que chega uma hora que não há mais o que fazer; alguns casos vem sendo represados, 25 estão aguardando fiscalização in loco; além disso há a questão da suspensão dos prazos pela Resolução do CAUBR; há coisas cerceando o trabalho da fiscalização, 30% está parado, quanto mais se estender a situação, mais haverá represamento. Conselheira Leila pergunta sobre a isonomia, que ela também é servidora pública, os servidores não querem ir mas é importante que a plenária decida; ninguém quer ir para a rua mas o cargo exige isso; faz-se o possível para evitar mas....Presidente Jeferson afirmou ter havido a maior preocupação da gestão sobre a saúde dos servidores. Cons.Jeronimo esclarece o que a Cons.Leila falou, ele também é servidor público, mas há colegas da produção que estão na rua, não há problema de isonomia, uma parte tem que trabalhar. Cons. Pablo apela para que todos, que há 3 chapas disputando, que tenham um pouco de sensibilidade humanitária , que não coloquem a fiscalização como questão eleitoral; pede aos colegas um pacto para que isso saia da pauta eleitoral; pedir à fiscalização que não precisa zerar o déficit em uma semana, mas que seja analisada à luz de critérios que implicam risco à vida, ou uma questão mais grave, sejam antecipadas; devemos apoiar os funcionários; Cons.Regina manifestou-se dizendo que não entendeu o que o Cons.Pablo falou, que não vê relação da fiscalização com o processo eleitoral; que valoriza a fiscalização mas que é uma pena que as denúncias estejam represadas porque está havendo um caos; que o Rodrigo Abbade ajudou na abertura do processo de acessibilidade; o processo foi arquivado ; não teve o desfecho que ela pretendia. Parabeniza a Rodrigo e Elaine; Sergio, considerando o avanço de EPI, nos casos da fiscalização, que se usem as máscaras KN com 95% de proteção; 30% no máximo, as de pano; que a compra das EPIs seja KN 95. Conselheira Leila, sobre a solicitação do Cons. Pablo, em nome da chapa dela, que não personaliza, não fala da pessoa. Cons.Davide, recomenda a máscara 95%. E que não entende a proposta do Cons.

Pablo de não se falar de fiscalização na eleição; que tem que falar do CAU como um todo; elogia a fiscalização porque todas as denúncias que ele fez foram apuradas; acha descabida a proposta do Cons.Pablo para fazer acordo em plenária; Cons. Carin, confirmando o Cons.Davide, esteve na CEP e todos são excelentes servidores, mas lembra que em 2018, o gerente comentou que o número não era suficiente; necessário fazer um concurso para chamar mais fiscais; ela se preocupa muito com os servidores indo para a rua. Quer saber se o número atende a todo o estado, fazer uma discussão; quer saber quantos fiscais tem. **Colocada em votação a prorrogação do trabalho remoto até a plenária de outubro com exceção das ações dos fiscais que retornarão às visitas de ruas para apuração de denúncias: 14 favoráveis e uma abstenção.** Rodrigo voltou para esclarecer que há 10 profissionais, 6 arquitetos; 3 que vão para a rua e 3 internos; que o carro está sempre na rua, 1000 ações de fiscalização ao ano. Cons.Edivaldo assumiu a mesa. 4**.2. Substituição dos membros da CE**. Houve uma proposta de nomes pela Comissão Eleitoral mas a plenária pode fazer a indicação de seus nomes. Presidente Jeferson informou que um membro renunciou e outro nunca participou de nenhuma reunião embora convocado. Por isso o coordenador da CE pediu a substituição desses nomes. Projetado o ofício da CE, Cons.Gustavo manifestou dúvida quanto à sugestão dos nomes, indagando de onde surgiram. Presidente Jeferson informou que o ofício já veio assim. Cons.Sergio esclareceu que os 2 nomes têm que ser da plenária; isso é apenas uma sugestão da CE com a idéia de que poderiam fazer um trabalho interessante. Cons.Regina manifestou-se dizendo não entender como isso já foi indicado sem vir para a plenária. Presidente Jeferson explicou que é para a plenária aprovar ou não; Cons.Sergio, esclarece antes que está em duas reuniões, na plenária e na CE; que os nomes foram tirados ontem exatamente para que a plenária resolva se aprova ou não, ou indicar outros nomes; não há nada de estranho, porque a CE tem que ser ágil. Cons.Lucas Faulhaber pergunta se os suplentes também têm que ser eleitos; Cons.Sergio explica que os suplentes já estão trabalhando, que a eleição é para mais dois suplente; que entrem dois suplentes para aqueles que assumiram a titularidade agora, pela ordem que foi colocada. Cons.Edivaldo fez a defesa do colega Mauricio Campbel; que já tem experiência no SARJ, **colocados em votação os dois nomes indicados pela Comissão Eleitoral:** 13 votos favoráveis, nenhum contrário, nenhuma abstenção. **Votação de processos**.**5.2.2.** Relatora Cons.Regina Cohen-proc.n. 2017-3-0275. Após relatório, voto e esclarecimentos, colocados em votação foram obtidos 9 votos favoráveis, nenhum contrário e 2 abstenções. Conselheiro Davide pediu a palavra para reclamar do relatório da Cons.Mariana. **5.1. Ratificação pela Plenária de processos com decisão da CPFI pela procedência das impugnações apresentadas.** Exibida na tela a lista de processos, Conselheira Leila perguntou se a votação seria em bloco e que concorda com Cons. Isabel porque a CPFI sempre analisa com cuidado as impugnações; espera que o plenário acate as decisões da CPFI. Cons.Isabel esclareceu o que são esses processos. Cons.Sergio acompanha a posição das Conselheiras Isabel e Leila e , sobre o que Davide falou, propõe que os processos que estão há mais de duas plenárias sem voto do conselheiro, que sejam resgatados; Cons.Davide, sugeriu o resgate após duas plenárias sem relatório e voto; solicitou fazer parte da CEP porque está sem comissão agora e quer entrar na comissão. Cons.Jeronimo propõe a votação em bloco, não há imperfeição nisso,

que se confia no trabalho da comissão. Conselheira Isabel aproveitou para dizer, também sobre a sugestão do Cons.Davide que na CPFI o Conselheiro Ivan Pereira deixou de relatar muitos processos só se justificando muito depois; sugeriu que o Cons. Davide destaque isso no RI. Colocados em votação em bloco os votos da CPFI relativos aos processos listados e exibidos, foram aprovados unanimemente. A reunião foi encerrada às 20h. Eu, Marina Burges, secretária da mesa, lavrei a presente Ata que vai assinada por mim e pelo **Presidente do CAU/RJ, Jeferson Roselo M. Salazar. Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2020.**

Marina Burges Olmos
Secretária da Mesa

Jeferson Roselo M. Salazar
Presidente do CAU/RJ